

## **Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: o papel da Imprensa na construção da imagem do “Capitão Guerrilheiro”**

JEFFERSON GOMES NOGUEIRA <sup>1</sup>

### **Resumo**

Este artigo reporta-se a história recente de nosso país: O Regime Militar instaurado por meio de um golpe em abril de 1964. Atemo-nos aos acontecimentos que marcaram a resistência armada àquele regime, tendo na figura de Carlos Lamarca, um ex-capitão dissidente do Exército Brasileiro, o personagem histórico que figura no imaginário político brasileiro numa mescla entre os mitos do herói e do bandido terrorista. O objeto de estudo é a grande imprensa brasileira, que durante o período do regime militar sofreu censuras de toda ordem, e contribuiu com ampla cobertura jornalística diária, para a construção do “mito” de Carlos Lamarca.

**Palavras - chave:** Luta Armada; Lamarca; Imprensa.

### **Abstract**

This article remembers the contemporary history of our country: The Military Regime which was established by a coup d'état in April 1964. We will carefully analyze the armed opposition of this regime, which had in Carlos Lamarca, the dissident former-captain from the Brazilian Army, a historic character who represents the imaginary Brazilian politician as a mix between the hero and terrorist bandit myths. The focus of our study is the great Brazilian press, which during the military regime period suffered censorship at all levels and contributed, with a very large daily journalistic coverage, to the making of the Carlos Lamarca “myth”.

**Keywords:** Armed Combat; Lamarca; Press.

### **Introdução**

O assunto tratado aqui faz parte de um conteúdo maior que está sendo elaborado numa dissertação de mestrado, do curso de pós-graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, que tem como tema “De Militar exemplar a líder da VPR: O Capitão Carlos Lamarca e a VPR na imprensa brasileira”.

Após 23 anos do fim de um regime militar, que se instalou no Brasil através de um golpe em 1964, e após o fim da chamada “guerra fria”, nota-se hoje no Brasil uma retomada

das discussões acerca dos acontecimentos que marcaram esta história recente de nosso país. Neste trabalho apresentamos um personagem histórico que protagonizou a resistência armada durante o regime militar. Trata-se da figura emblemática de Carlos Lamarca, um Capitão do Exército Brasileiro, que se transformou num ícone da luta armada contra o regime militar no Brasil (1969/1971), tendo, inclusive, sua história retratada no livro *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, de autoria de Emiliano José e Oldack Miranda, em 1980; e no filme de Sérgio Resende, intitulado *Lamarca*<sup>2</sup>, lançado em 1994, numa adaptação livre do livro *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*.

É verdade que historicamente vinte anos é um tempo ínfimo, e por isso a história desse período de exceção em que viveu a sociedade brasileira está encoberto de incertezas, lacunas históricas que precisam ser esclarecidas, pois, neste grande mosaico, ainda restam muitas peças a serem colocadas.

Vários livros, oficiais e extra-oficiais, com versões controversas sobre a luta armada e sobre as práticas de torturas pelos órgãos repressores, foram publicados nas últimas décadas, reabrindo a discussão sobre os acontecimentos que marcaram aqueles anos conhecidos como “anos de chumbo” (1964/1985).

Num projeto denominado “BRASIL NUNCA MAIS”, elaborado no período de agosto de 1979 a março de 1985, foram reunidas as cópias de quase todos os processos políticos que transitavam pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979. Por ocasião do fim do Regime Militar em 1985, com uma obra intitulada “Brasil nunca mais”, sob a coordenação de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arns, Então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, eram denunciados os excessos cometidos por aquele regime.

Em 2007, uma obra causou furor e animosidades entre o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e a cúpula das Forças Armadas, trata-se do lançamento do livro *DIREITO À VERDADE E À MEMÓRIA: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República*. Este “livro relatório” traz a história daqueles que ousaram lutar contra a ditadura implantada em 64, com o histórico das organizações de esquerda que aderiram à luta armada, além dos detalhes e comentários de todos os processos julgados por aquela Comissão, destacando a violência política que assolou a sociedade brasileira durante o regime militar, denunciando os excessos, os crimes de torturas e os assassinatos que ocorreram sob a responsabilidade do Estado.

Diante do silêncio das Forças Armadas, a versão extra-oficial dos militares protagonistas do “golpe de 64” encontra-se numa trilogia da Editora Relume - Dumará, com as obras, sobre a memória do Regime Militar: *Visões do Golpe; Os Anos de Chumbo e A*

*Volta aos Quartéis: A abertura*, dos historiadores Cláudio Ary Dillon Soares; Maria Celina D'Araújo e Celso Castro. Nesta obra, os militares que protagonizaram, direta ou indiretamente, a tomada do poder em 1964, bem como sua manutenção até 1985, retratam os bastidores por detrás do poder, as contradições internas das Forças Armadas, antes e depois do golpe; das lutas pelo poder nas sucessões presidenciais; na luta contra o inimigo interno, ou seja, a infiltração comunista na caserna, além dos bastidores dos polêmicos órgãos de repressão, bem como a visão destes militares acerca da traição de Carlos Lamarca.

Outros livros trazem a versão oficiosa dos militares, como “*A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*”, de Carlos Alberto Brilhante Ustra, Coronel, ex-comandante do DOI-CODI paulista (1970/1974), na face mais ativa daquele Órgão.<sup>3</sup> Um conjunto de documentos considerados confidenciais de 954 páginas, intitulado “*PROJETO ORVIL: As tentativas de tomadas do poder*”<sup>4</sup>, expõe a versão não publicada do Exército Brasileiro sobre o período da luta armada dentre outros assuntos.

Neste contexto, a figura emblemática de Carlos Lamarca vê-se rodeada de contradições, de desqualificações, de honras e até de santificação<sup>5</sup>. Neste processo de construção, negativa ou positiva, da imagem histórica de Lamarca, julgamos que a imprensa brasileira exerceu um papel fundamental, pois tanto na cobertura dos acontecimentos daquela época, quanto atualmente, com as notícias acerca da promoção *post-mortem* do capitão Lamarca ao posto de coronel, ocorrida pela Comissão de Anistia em 2007, volta à tona toda uma discussão acerca deste personagem dual da história recente do Brasil.

Lamarca por possuir uma formação e experiência militar rigorosa, pautada numa hierarquização rígida e que possui como elemento primordial a questão da disciplina, dos valores e preceitos militares que, através de vários ritos, são ratificados cotidianamente na caserna e que formam a chamada “ética militar”. Lamarca não só rompe com o regime, mas ao contrário, ousa combatê-lo frontalmente, despertando a fúria daqueles que se sentiram traídos e a admiração daqueles a quem foi ombrear na luta armada.

Este binômio herói/traidor é que desperta nosso interesse, mais do que isso, nos interessa analisar como a imprensa tratou da construção da imagem de Carlos Lamarca, enquanto principal protagonista da luta armada brasileira; bem como perceber como esta mesma imprensa contribuiu para a construção dos registros dos fatos e das representações sociais acerca dos principais acontecimentos que envolveram a figura emblemática de Lamarca.

Buscando tentar romper com as relações de amor e ódio que permeiam nosso imaginário quando tratamos de análises daquele período histórico, partimos do pressuposto

que a grande imprensa, durante o regime militar, contribuiu para a produção da imagem de Carlos Lamarca, o posicionando hora como herói, hora como bandido.

Neste processo de construção da imagem de Carlos Lamarca durante a luta armada no regime militar o papel da imprensa foi fundamental na seleção dos elementos que fizeram Lamarca “habitar” no imaginário político entre dois mitos: o de herói libertador e o do bandido, terrorista, subversivo; enfim, uma ameaça à ordem social vigente.

### **O homem, o militar e o guerrilheiro Carlos Lamarca**



**Cad n. 198 — Carlos LAMARCA**

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 27 de outubro de 1937, ingressou na Escola Preparatória de Porto Alegre, onde concluiu o curso em 1957. Coursou a AMAN nos anos de 58 — 59 — 60 e foi declarado Aspirante da Arma de Infantaria no dia 4 de dezembro de 1960.

#### **Álbum de formatura da AMAN. Cadete 198 - Carlos Lamarca 1960<sup>6</sup>**

Carlos Lamarca nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no bairro Estácio, centro da cidade, em 1937. Filho de uma simples dona de casa e de um pai sapateiro, o então garoto Carlos Lamarca almejava conseguir, através dos estudos, uma melhoria em sua condição social. A carreira militar era uma ótima opção, pois juntamente com a fase de formação já remunerada, vinha a segurança de uma carreira sólida e promissora. Por duas vezes Lamarca tentou ingressar nos Colégios Militares de São Paulo e Fortaleza, respectivamente, sem obter êxito. Mas foi no Colégio Militar de Porto Alegre-RS que Lamarca consegue realizar seu sonho, ao ingressar no curso preparatório de Cadetes do Exército. Em 1958 Carlos Lamarca ingressa na Academia Militar das Agulhas Negras, na cidade de Resende, Rio de Janeiro.

Em 04 de dezembro de 1960, após três anos de estudos e treinamentos militares intensos, Lamarca é declarado Aspirante Oficial, a primeira promoção da longa carreira do

oficialato do Exército Brasileiro. Naquele mesmo ano, Lamarca casou-se com sua namorada de infância, Marina Pavan, e teve o primeiro de seus dois filhos, César Pavan. Logo no início da carreira Lamarca começou a destacar-se, “Foi servir em um regimento de Quitauína, Osasco, na grande São Paulo. Em 1962, foi designado para uma missão de paz das Nações Unidas, na Faixa de Gaza, entre o Egito e Israel” (Alves, 1993:53).

Sua formação ideológica teve início, por ironia, na própria Academia Militar, onde teve o seu primeiro contato com a literatura de esquerda, “pois mãos misteriosas deixavam a *Voz Operária* sob os travesseiros de alguns cadetes considerados abertos à pregação comunista” (Alves, 1993:53).

Quando Lamarca retornou da Palestina, foi designado para servir no Batalhão de Polícia do Exército em Porto Alegre-RS, onde iniciou seu processo de engajamento político. Lamarca comete algumas transgressões disciplinares<sup>7</sup> e resolve pedir transferência para sua Unidade de origem em Quitauína, onde encontra um antigo companheiro, o Sargento Darcy Rodrigues<sup>8</sup>, que havia passado dois meses preso em 1964, mas fora reintegrado ao Exército. O Sargento Darcy fazia um trabalho de convencimento político no quartel, a pretexto de organizar um clube de amigos. Com esse grupo Lamarca começou a estudar textos de guerrilha, livros de Che Guevara, Mão Tse Tung e Lênin, as bases de suas convicções ideológicas. (Alves, 1993)

O grupo de Lamarca entrou em contato com organizações de esquerda, como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), formado por suboficiais e sargentos ligados a Leonel Brizola.

[...] Em princípios de 1968, após o fracasso da guerrilha de Caparão, a maioria dos integrantes do MNR juntou-se a uma cisão do grupo trotskista ORM - Polop, sigla que queria dizer Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, para formar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), tendo como líder o sargento Onofre Pinto. (Alves, 1993:53)

Lamarca começa então a planejar sua trajetória política de oposição ao regime militar, com ações de desvio de armas e munições do 4º regimento de Infantaria, onde servia com o Sargento Darcy. Seus contatos com as organizações de esquerda se expandiram, e, em 1968,

[...] Lamarca encontrou-se com Marighella, que o convidou a chefiar os grupos armados da ALN e a assinar com ele, logo após seu desligamento do Exército, um manifesto conclamando o povo brasileiro à revolução. (Alves, 1993:53)

A Aliança Nacional Libertadora, ALN, foi fundada em 1967, e era liderada por Carlos Marighella, um dissidente do Partido Comunista Brasileiro. Lamarca recusou a proposta de Marighella e, em janeiro de 1969, numa fuga espetacular, fuge do quartel em Quitaúna - SP, e incorpora-se de vez na VPR.

[...] Não existia alternativa: o capitão e companheiros precisavam sair imediatamente do Quartel. Na tarde do dia 24, eles atravessaram o portão numa Kombi carregada de 63 fuzis FAL e outras armas. A deserção só despertou atenção no dia seguinte. Breve nota de poucas linhas comunicou-a ao público. (Gorender, 1987:137).

A partir daí Lamarca lançou-se na clandestinidade, e, à frente da VPR desencadeou várias ações de guerrilha urbana, bem como montou uma base de treinamentos de guerrilha rural no vale da Ribeira-SP. Sua curta trajetória termina no Sertão da Bahia,

Lamarca foi morto na manhã de 21 de agosto de 1971, quando dormia, exausto, debaixo de uma árvore, perto de Brotas, no interior da Bahia. O major Newton Cerqueira, hoje general e presidente do Clube Militar, comandou a caçada. Emiliano José e Oldack Miranda descrevem o desenlace no livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*: Excitado, o major Cerqueira, depois de vê-lo morto, saiu gritando: ‘Eu matei! Alagoano é foda! Alagoano é foda! (Alves, 1993:54)

## **O discurso da Imprensa, a censura e a construção da realidade durante o Regime Militar**

Num contexto de conflito político em que estava mergulhado o Brasil após 1964, a utilização dos meios de comunicações era vital para a manutenção da ordem imposta pelos militares. Os jogos com as palavras faziam toda a diferença no resultado final, ou seja, na percepção do leitor. As palavras eram tecidas como que “fios ideológicos” que serviam para toda a trama das relações sociais e em todos os domínios. A palavra assumia conotação diferente em função do contexto em que era utilizada. Desta forma, a substituição de palavras como, guerrilheiro por terrorista; assalto por expropriação; grupo por bando; assassinato por “justiçamento” ou suicídio; contestação por subversão; oposição política por inimigo interno etc. eram artifícios utilizados para desqualificar e deslegitimar um dos lados neste jogo conflituoso pelo poder.

Havia, naquele período, uma situação de controle social específico sobre determinados temas, e uma campanha informativa, ideologicamente preparada sob a luz da Doutrina de

Segurança Nacional, que passava da situação de comunicação mais “normal” da vida cotidiana do país, para a produção e difusão diária de mensagens de massa, principalmente com o intuito de mascarar os fatos em detrimento da realidade dos mesmos.

O controle acirrado dos meios de comunicação foi determinante para o desmantelamento das organizações de esquerda que aderiram à luta armada no Brasil na década de 60, funcionando como um excelente meio de controle social. A informação dos meios de comunicação de massa,

“[...] reforça o controle social nas grandes sociedades urbanas, nas quais o anonimato das cidades enfraquecem (sic) os mecanismos do comportamento anormal, ligados ao contato informal face a face” (Wright, 1960, *apud* Wolf, 2003:56)

Os meios de comunicação têm como uma de suas funções sociais, o compromisso de reafirmação das normas sociais, denunciando seus desvios à opinião pública. No entanto, em se tratando de uma imprensa controlada e censurada, os meios de comunicação deixam de cumprir essa função na medida em que enfrentam problemas legais junto a Justiça Militar, e sofrem intervenção velada dos órgãos repressores.

Em seu livro *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978), o Exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*, EDUSC: 1999, a Historiadora Maria Aparecida de Aquino retrata bem o processo de censura prévia e da auto-censura imposta ao Jornal o Estado de São Paulo,

“[...] Em entrevista (11 Set 1989), com o professor e jornalista Oliveira S. Ferreira – na época, editor-chefe e, posteriormente, um dos diretores de O ESP (*O Jornal O Estado de São Paulo*) – aludiu ao fato de que eram comuns os telefonemas às direções do jornal, acentuando o que não poderia ser veiculado pelo mesmo. Portanto, durante certo tempo (1968 a 1972), O ESP acedeu em acatar ordens telefônicas até a ruptura, quando se instaurou a censura prévia. (Aquino, 1999: 54) Grifo nosso.

Já a partir de 1968, as represálias aos meios de comunicações que não cumpriam as ordens das autoridades se intensificaram, e eram comuns as apreensões de jornais e revistas que continham, aos olhos dos censores, artigos ou notícias que afrontavam o regime militar.

“Na noite de 13 de dezembro, o jornal recebe a visita da Polícia Federal que sugere a alteração do famoso editorial “Instituições em Frangalhos”; a postura do jornal é de resistência e recusa, o que motiva a apreensão. (Aquino, 1999: 54)

Aquino relata que durante a abertura da 11ª Semana de Estudos de Jornalismo na Universidade de São Paulo, em 1970, discursando sobre o tema “Censura e Liberdade de Imprensa”, numa resposta sobre a liberdade de imprensa no Brasil a um dos presentes na platéia, o jornalista e diretor do *ESP*, Júlio Mesquita Neto respondeu:

“Se o senhor lê o *Estado de São Paulo*, sabe que o jornal vem sendo editado praticamente sob protesto. Desde o dia 13 de dezembro de 1968 que não publicamos nosso primeiro editorial. Não comentamos matéria política por não dispormos de liberdade suficiente para dizer o que pensamos. O senhor aludiu à liberdade de publicação de notícias. Como jornalista, conhece o assunto. A verdade é que há uma censura e que essa censura frequentemente não permite a divulgação de uma série de fatos. Temos de agir nesse contexto. Publicamos o que, dentro do possível, podemos, e chegamos ao ponto de ter edições apreendidas na boca da rotativa. Isso aconteceu quando, num momento de excepcional gravidade, fizemos um editorial sobre a situação geral do país. É um fato. Contra a força não há argumentos”.

Várias revistas de circulação semanal também sofreram censura, como foi o caso da Revista *Veja*, que teve inúmeros exemplares apreendidos por agentes da Polícia Federal. Com uma chamada “*Para o agente do DOPS a revista era comunista*”, no dia 12 de setembro de 1968, o Diário do Paraná anunciava a apreensão de um leitor da Revista *Veja*, logo após a chegada do seu primeiro exemplar nas bancas.

[...] O diário informou que um policial do DOPS tentou prender um jovem que lia a revista na rua – a primeira capa de *Veja*, sobre a crise no bloco soviético tinha a foice e o martelo (o símbolo comunista) sobre um fundo vermelho. De acordo com o jornal o leitor da revista comunista não aceitou entregá-la e foi agredido.<sup>9</sup>

Em vários estados brasileiros a censura dos órgãos federais se fazia presente e ativa. Em Belo Horizonte, logo após a edição do AI5, a Revista *Veja* sofria nova apreensão.

“Esse Telex, enviado em 16 de dezembro de 1968, pela sucursal de VEJA em Belo Horizonte à redação, em São Paulo, informava que a Polícia Federal estava apreendendo as revistas nas bancas de Minas Gerais, fato que, naquela manhã, se repetia em todo o território nacional. A edição confiscada tinha como tema principal o anúncio do AI5, estampando na capa uma foto do Presidente Costa e Silva sozinho no Congresso.”<sup>10</sup>

Antes da publicação daquela revista, um agente “sensor” já havia visitado a redação e vetado a publicação de algumas declarações de políticos sobre o novo ato institucional.

“Não adiantou, aquela edição foi banida das bancas de forma definitiva. A Editora Abril não recebeu nenhuma justificativa para a medida. O recolhimento da edição de



Veja sobre o AI5 marca o início de um longo período de convivência com a censura, seriam oito anos de temas vetados, cortes nas reportagens e presença constante de sensores na redação.”<sup>11</sup>

Ao Ministério da Justiça cabia, através de decretos-leis, o respaldo legal de controle das informações veiculadas na imprensa de uma forma geral,

[...], com efeito, pelo art 50 do projeto, o Ministro da Justiça, por ato de império, tem a faculdade, entre outras, de determinar a apreensão de jornais e até de suspender-lhes a impressão, desde que, a seu talante, entenda que a publicação “constitua ou possa vir a constituir o meio de perpetração de crimes previstos na Lei de Segurança”. (Moraes Filho, 1982: 56)

Este amparo legal apresentava vários instrumentos que cerceavam o exercício do direito de livre manifestação do pensamento, o que resulta num atentado à liberdade de imprensa.

[...] no art 14, pune-se a quem “divulgar”, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiramente truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas. (Moraes Filho, 1982: 56)

O poder delegado ao Ministro da Justiça era total, e seus agentes poderiam entrar nas oficinas de um jornal e de impedir a confecção de um exemplar, ou apreender tiragens inteiras. Este poder permitia que a autoridade agisse, sem qualquer controle, desde que entendesse que o material que estava sendo impresso fosse uma “notícia tendenciosa” ou “um fato verdadeiro truncado ou deturpado”.

Os meios de comunicação de massa constituem um universo simbólico que é objeto de consumo em grande escala. “Os *Mass Media* exprimem uma experiência individual cotidiana num terreno de conflito político, e um sistema de mediação cultural e de agregação social”. (Wolf, 2003 : IX).

Segundo Motter (2001), a imprensa escrita de circulação diária tem por objeto a exclusão da intervenção do sujeito, haja vista que os fatos são apresentados de forma sintética, cabendo ao jornalista apenas registrá-los.

A indústria da informação cria no cidadão o sentimento de estar bem informado, no entanto, elimina sua dimensão crítica uma vez que não permite que este tenha acesso às várias versões dos fatos, privilegiando uma visão unilateral que interessa a um determinado grupo, neste caso, aos militares.

A cultura fornecida pelos meios de comunicação de massa não permite que as classes assumam uma posição crítica face a sua realidade. [...] anulam os mecanismos de reflexão e crítica para acionarem a percepção e os sentidos (visão e audição) (Freitag, 1990:73).

No lugar da liberdade autêntica que permite uma reflexão crítica dos acontecimentos, o que nos é ofertado é uma liberdade parcial entre informações manipuladas que encobrem e manipulam os fatos reais, onde, segundo Freitag (1990:94), “[...] saber, política e economia constituem uma força cuja filosofia é a acumulação e cuja prática é a repressão de tudo o que se opunha a ela”.

Os efeitos que os meios de comunicação de massas exercem sobre os indivíduos, relacionam-se com as forças sociais vigentes num determinado período histórico. Os anos 60 representam um período de conflitos mundiais, marcados por tensões políticas e graves crises econômicas que contribuíram para tornar “a estrutura social fundamentalmente vulnerável e permeável à comunicação dos meios de massas” (Carey, *apud* Wolf, 2003: 49).

No regime militar implantado no Brasil em 64, os conflitos de classe, as lutas políticas para modificar a ordem social e política vigente foram silenciadas em nome da “Segurança Nacional”. Freitag destaca que nessas condições, os detentores do poder se utilizam de quaisquer artifícios para a manutenção do *status quo*, onde estes procuram,

[...] legitimar também o sistema político que lhe assegura estabilidade e continuidade, disfarçando o mal-estar real gerado pelas condições de unidimensionalização e confundindo as consciências, incapazes de avaliar o processo. (Freitag, 1990:96).

Nesta complexa relação entre a imprensa e a sociedade como um todo, há uma estrutura capaz de detectar as ameaças que o livre fluxo de informações possa representar para a estrutura fundamental da própria sociedade. A difusão de notícias sobre as tensões e conflitos sociais e políticos que afligem a sociedade num dado momento histórico, pode gerar pânico naqueles leitores desprovidos de uma visão de totalidade dos fatos e que não possuem uma “vigilância consciente”. A manipulação das informações pode criar um ambiente propício à disseminação de falsas realidades, criando nos leitores o que Wolf classifica de “disfunção narcotizante”.

“O cidadão interessado e informado pode sentir-se satisfeito com tudo o que sabe sem se dar conta de que se abstém de decidir e agir. Em suma, ele considera o seu contato mediato com o mundo da realidade política, a leitura” (Wright, 1960, *apud* Wolf, 2003:56).

A influência da linguagem escrita sobre a construção da realidade suscita discordância por parte dos teóricos. Para alguns a linguagem cria uma imagem da realidade; para outros, porém, ela é o próprio reflexo desta realidade. A linguagem expressa nos jornais diários é socialmente transmitida ao indivíduo humano formando a base necessária de seu pensamento, uma base que permite ligar-se aos outros membros da mesma comunidade, bem como criar uma representação mental e intelectual da realidade que lhe é apresentada. (Motter, 2001:20)

O discurso da imprensa durante o período ditatorial militar no Brasil esteve, na maioria das vezes, estreitamente afinado com o discurso dos militares, haja vista a existência de vários mecanismos de coação, coerção, censuras e controle. As notícias sobre as ações dos grupos de guerrilha eram estrategicamente articuladas e manipuladas, visando desqualificar e criminalizar aqueles movimentos. A linguagem escrita era a forma eficaz de atingir e desarticular qualquer possibilidade de adesão de simpatizantes à causa dos guerrilheiros, onde,

[...] o conceito de discurso despossui o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo nos funcionamentos de enunciados, de textos, cujas condições de possibilidades são sistematicamente articuladas sobre função ideológica. (Maingueneau, *apud.* Motter, 2001:22).

O discurso jornalístico está sempre atuando junto com grandes forças econômicas e sociais, pois,

[...] um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem das às suas opiniões subjetivas e particulares o foro de objetividade, já que criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente opiniões e informações. É uma forma de dar eco a posições pessoais, de classes ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como ‘a verdade’. (Marcondes, 1986:10).

A apropriação, controle e uso pelo Estado dos meios de comunicação de massa, foram primordiais na luta do regime militar contra os insurgentes. A idéia de uma imprensa livre e objetiva que normalmente norteia um discurso ligado à representatividade de todos os setores sociais foi colocada à margem, onde os detentores do poder se viam ameaçados por quaisquer informações que fossem contra a “Segurança Nacional”.

A objetividade e a isenção da imprensa naquele período estavam comprometidas. Dentro deste contexto, Maria Helena Capelato discute a questão do “mito da objetividade”

dos representantes de jornais. Segundo a autora, a sociologia positivista, ao erigir o fato social à condição de coisa passiva de ser captada e analisada a partir de uma relação de exterioridade, consolidou uma noção de objetividade que privilegia a posição do sujeito, no caso, o pesquisador cientista.

Essa é a percepção que os periódicos introjetam nos leitores: “a da verdade em cima dos fatos”, não lhes permitindo ter dúvidas quanto a sua veracidade, privando-os de uma reflexão sobre os acontecimentos, pois tudo é muito instantâneo e se perde na correria do cotidiano.

[...] “o pesquisador da notícia” ou o “caçador dos fatos” deveria se pautar por critérios que determinassem distanciamento do objeto. A isenção e a imparcialidade representavam padrões de comportamento a serem seguidos no exercício da profissão. Desta forma constitui-se a imagem do jornalista como um sujeito privilegiado, “cidadão acima de qualquer suspeita, e do jornal como repositório de verdade”. (Capelato, 1990:10).

Para Lefebvre (*apud* Netto; Facão, 1989:16), o papel do Estado como gestor da sociedade repousa sobre o cotidiano, tem por base a cotidianidade que ele gera das mais diversas formas indiretamente e diretamente através de leis, regulamentos, proibições, intervenções, fiscalizações, instituições jurídicas (aparelhos), orientação dos meios de comunicação, controle das informações, etc.

O discurso jornalístico, por trazer notícias diárias, num grande e complexo ciclo de informações novas, deixa a sensação, no mundo do senso comum, de que não há motivos nem espaço para desconfiança. A realidade dos fatos apresenta-se no jornal do dia, de forma superficial, fragmentada, articulada e espetacular.

Isso agrava a compreensão dos fatos ligados à luta armada no Brasil, pois o controle acirrado dos meios de comunicação, a articulação e manipulação dos fatos, não permitiam ao leitor o exercício de desvendar a complexidade, de articular e compreender tantos fatos.

Motter destaca que:

[...] chegamos assim a uma forma de poder do jornal como agente do processo social: o de intervir no curso dos acontecimentos pelo uso autorizado da palavra que estrutura, sustenta e reproduz o sistema engendrado do poder”. (Motter, 2001:63)

Desta forma, a imprensa no Brasil durante o regime militar vivia este com este dilema constante,

[...] Noticiar ou omitir, denunciar ou calar, tomar partido a favor ou contra, transformar insignificâncias em grandes acontecimentos para a notícia de interesse não seja notada. Distrair quando convém aos seus interesses, chamar atenção e polemizar quando lhe parece útil. Fazer avançar movimentos sociais ou refreá-los, estimular a consciência crítica ou promover o conformismo, fazer aflorar a realidade concreta e as desigualdades ou apagar os conflitos pela omissão tendenciosa das arbitrariedades, exploração e opressão decorrentes da dominação exercida por uma classe sobre as outras. (Motta, 2001:63)

## **O Capitão Carlos Lamarca na Imprensa e no imaginário político brasileiro**

Segundo Capelato e Dutra (2000) a representação política e as relações entre o signo e representação, aparecem articuladas ao pensamento/linguagem uma vez presentes e expressa em qualquer domínio de pertencimento da linguagem, seja ele verbal, escrito ou icônico, ou em qualquer nível da linguagem, como no discurso ou na proposição.

No tocante às definições conceituais, conforme descrevem aquelas autoras, “o símbolo é um signo implicado numa relação de representação e a representação é a imagem mental mediada, tornada possível, pelo uso dos signos”. Portanto, a relação simbólica, entre o signo e o que ele dá a conhecer, é, portanto uma relação de representação, onde o signo toma o lugar da coisa representada, o que só pode se efetuar com o recurso ao imaginário.

Integrando o campo da representação, o imaginário tem sua existência afirmada através do símbolo e sua expressão garantida através da evocação de uma imagem, seja essa acionada por palavras, por figuras de linguagens, por objetos.

Quando uma sociedade, grupos, ou mesmo indivíduos de uma sociedade, se vêm ligados numa rede comum de significações, onde símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido; são utilizados coletivamente enquanto dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social. Ele se traduz enquanto um sistema de idéias, de signos, de associações indissoluvelmente ligadas aos modos de comportamento e de comunicação. (Capelato e Dutra, 2000:3).

Desta forma, a construção do imaginário está ligada aos interesses sociais, estratégias de grupos e ao discurso dos grupos dominantes; suas estratégias e sua eficácia se traduzem em termos de uma dominação simbólica permeada pelas relações entre poder e representação: [...] “a instituição do poder se apropria da representação do poder como sua”, ou seja, “o poder se dá representações, produz representações de linguagem e imagem” (Capelato e Dutra, 2000:3).

Segundo Capelato; Dutra (2000), o efeito de presença e o efeito do sujeito, são os dois efeitos da representação. O efeito de presença se traduz que “em lugar da ausência e da morte” torna de novo e imaginariamente presente alguém ou qualquer coisa; enquanto que o efeito do sujeito “qual seja o poder de instituir, autorizar e legitimar seu próprio sujeito de representação” é responsável pela natureza compartilhada da representação e do poder.

Dentro desta perspectiva, durante o período de luta armada ao regime militar implantado no Brasil em 1964, a imagem de Carlos Lamarca é reproduzida como ex-capitão do exército, traidor que se transforma num terrorista e criminoso comum. O termo ex-capitão é utilizado em alguns noticiários como forma de reproduzir a idéia de não pertencimento, excluindo-o de todo e qualquer vínculo com a instituição que outrora ele pertenceu.

Carlos Lamarca passa a ser denominado de chefe do terror<sup>i</sup>, o substituto de Carlos Marighella, que representa a “face do mal”. Assim, sua imagem, sua representação esta ligada ao terrorismo, ao banditismo, à subversão, desvinculando-a de toda e qualquer reivindicação política e social legítima.

O perfil de Carlos Lamarca é destaque da capa do Jornal o Estado de São Paulo, de 23 de maio de 1969, onde num texto de Percival de Souza, Miguel Jorge, Inajar de Souza e de Geraldo Fernandes, encontra-se as seguintes indagações: *Quem era aquele homem calado e misterioso? Um terrorista ou um ladrão comum? Quem poderia suspeitar dele, só por que gostava de fazer o papel de guerrilheiro nos treinamentos do Exército? Ou porque era sua Companhia que fazia a guarda no Hospital Militar do Cambuci, no dia do roubo das armas. Afinal, não foi ele, o capitão Lamarca quem ensinou as moças do Bradesco a se defenderem dos assaltos?*

Na chamada principal da reportagem temos uma grande fotografia do Capitão Lamarca numa instrução de prática de tiro, onde ensinava noções básicas de tiro ao alvo a bancários do banco Bradesco, como forma destes se defenderem da crescente onda de assaltos que vinham ocorrendo em São Paulo.

Na página seguinte, em letras grandes, em destaque dizia a referida reportagem: *NO SEU SILÊNCIO, GUARDAVA O SEGREDO DO TERROR*. Cabe ressaltar que a reportagem é do dia 23 de maio de 1969, e que a fuga de Lamarca do quartel onde sérvia foi em 24 de janeiro do mesmo ano, portanto, pouco mais de três meses, Lamarca, apesar de poucas ações práticas nas ações da VPR, já figurava nos noticiários como terrorista, e seu perfil era traçado nos diversos jornais de grande circulação diária.

Nesta longa reportagem, temos detalhes da vida de Lamarca, sua dedicação à vida militar e o compromisso que sempre teve com a instituição, bem como os detalhes do dia que antecedeu sua deserção.

“Dia 24 de janeiro foi o último dia de aula. Quando as moças apareceram de manhã, no quartel em Quitaúna, o capitão já as esperava no *stand* de tiro. Depois da aula prática, agradeceu a todas com um sorriso e se despediu. No dia seguinte, ele desapareceu”.

As atitudes de Lamarca como oficial exemplar também foram evidenciadas na reportagem, bem como suas aptidões para ocupar o lugar de guerrilheiro durante os treinamentos no seu batalhão, contudo, sem levantar suspeita.

“[...] foi durante as manobras de treinamentos contra guerrilhas que o Exército fez várias vezes. E, em todas elas, Lamarca quis fazer o papel de guerrilheiro. E saía-se bem: Ele era muito bom, dava trabalho para as tropas que o combatiam. Poucas vezes quis ficar do lado dos “legais” e, também nessas ocasiões, mostrou-se um excelente oficial”.

A fama de bom atirador de Lamarca foi evidenciada naquela reportagem sobre os perigos que ele representava. Suas características físicas e psicológicas também eram evidenciadas constantemente, visando qualificá-lo como um “elemento” perigoso. Nota-se que já haviam condenado Lamarca numa espécie de “pena anunciada de morte”.

“Além de ser nervoso, é um atirador perfeito. Sabe muito bem que, quando for preso, *responderá por crimes que o condenarão a passar o resto da vida na cadeia*. Por isso mesmo, *Lamarca é muito perigoso*. É um homem que enfrentará quem aparecer para prendê-lo. Essa razão de *achamos muito difícil que ele não morra*. *Existem ordens de, caso ele reagir (sic), atirar para matar*. E é mais do que certo que ele vai (sic) reagir” (grifo nosso).

A longa reportagem termina com uma, também longa, entrevista com o senhor Antônio Lamarca, pai de Carlos Lamarca, onde os autores tentam buscar o máximo de informações para se traçar o perfil do Capitão Lamarca, bem como tentar entender os motivos que o levou a um ato tão extremado. A reportagem detalha o que chamam de *Mapa do terror*, com um organograma que seria a subdivisão de uma organização terrorista, com os diversos setores e seus respectivos responsáveis, dentre eles destacavam as figuras de Carlos Marighella, ex-deputado federal, e o setor de Carlos Lamarca, que seria o da guarda e distribuição das armas e do dinheiro levantados nos diversos assaltos a bancos e outras ações de guerrilha urbana.

No Jornal da Tarde, da cidade de São Paulo, de 27 de janeiro de 1969, traz o seguinte tema: *A FUGA DOCUMENTADA DO CAPITÃO TERRORISTA*. Num edital do Ministério do Exército, II Exército, 4º Regimento de Infantaria “Regimento Raposo Tavares”, o Coronel Antonio Lepiane, comandante do 4º RI, torna público uma chamada ao capitão ausente,

“[...] faz saber que o presente edital, com prazo de oito dias, virem ou dele conhecimento tomarem, que, pelo presente edital, fica intimado a comparecer ao quartel do Quarto Regimento de Infantaria e apresentar-se a seu Comandante, dentro do prazo de oito dias a contar da publicação deste edital, sob pena de passar a desertor, o Cap CARLOS LAMARCA, natural de [...]”.

As ações de Lamarca a frente da VPR também ocupavam lugar de destaque nos noticiários do Jornal da Tarde, de maio de 1969, já evidenciando a liderança e a importância de Carlos Lamarca.

“De repente os terroristas ocuparam a rua e interromperam o trânsito. Rua Piratini, São Paulo, 09 de maio de 1969. Dois bancos vão ser assaltados. O guarda civil Orlando Pinto Saraiva vê o movimento e corre em direção a ele. A 30 metros de distância, um homem magro, não muito alto, levanta o braço direito, faz pontaria e atira. Orlando, atingido na têmpora, começa a cair. O homem magro continua com o braço erguido, acompanhando o movimento do corpo que cai, e atira pela segunda vez. [...] *Só um terrorista, em todo o Brasil, segundo os órgãos de segurança, poderia atirar assim. E ele foi identificado imediatamente: Carlos Lamarca.*” (grifo nosso).

Era a primeira notícia de Carlos Lamarca que a polícia recebia desde sua fuga em 24 de janeiro de 1969. Carlos Lamarca se transforma num ícone da luta armada brasileira, pois os meios de comunicação, orientados pela censura rígida, o faziam “visível representado, ausente tornado presente”, pois a ele é atribuída qualquer ação armada bem sucedida ou não. Com a chamada *O TERRORISTA QUE ESTA EM TODO LUGAR*, a reportagem do Jornal da Tarde de 20 de setembro de 1971 questionava:

“Carlos Lamarca não poderia ter participado do tiroteio da Vila Kosmos, não poderia estar se escondendo em aparelhos na Guanabara, nem poderia ter estado no Uruguai, porque estava no interior do Brasil, organizando a guerra de guerrilhas”.

O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) , no dia 21 de outubro de 1969, chegava a esta conclusão. Já em 05 de novembro daquele mesmo ano, um dia após a morte de Carlos Marighella, Lamarca era apontado, junto com Joaquim Câmara



Ferreira, como um dos prováveis substitutos de Carlos Marighella na direção de grupos terroristas. Novamente Lamarca passa a ser visto em vários lugares.

“A partir do tiroteio na Vila Kosmos - no dia 16 de outubro de 1969 - Lamarca passou a ser visto em vários lugares ao mesmo tempo. No dia 21 de outubro, a DOPS da Guanabara [atual Estado do Rio de Janeiro] afirmou que Lamarca estava naquele Estado”.

No mesmo dia, a Polícia Federal afirmava que havia recebido uma comunicação do governo Uruguaio, segundo a qual Lamarca teria atravessado a fronteira, “*dirigindo-se do Uruguai para o Brasil, em um avião de propriedade do ex-presidente João Goulart*”. O mito Lamarca começa a ser produzido logo após sua deserção do quartel em Quitaúna, pois a imprensa tratou logo de construir uma imagem que o apresentava como um perigo real, imediato,

“[...] ele é capaz de acertar numa laranja a 30 metros, com um tiro de revólver. Dirige automóvel com perícia, o pé sempre no fundo. Fuma muito. Tem 31 anos, 1,70m de altura, olhos castanhos escuros e aquela magreza rija dos homens tensos. Ele é capaz de matar a mais de 30 metros de distância com dois tiros de sua pistola.” (Revista VEJA: 1969).

Suas ações são detalhadamente publicadas na grande mídia, demonstrando suas habilidades militares e sua periculosidade,

“Oito homens entraram num banco, sete no outro, enquanto um só garantia a cobertura: *era o ex-Capitão Carlos Lamarca, pela primeira vez reconhecido num assalto, temido pela sua pontaria (foi campeão de tiro do II Exército e costumava se distrair matando ratos com tiros na cabeça)*. No assalto, exibiu sua habilidade: quando o guarda-civil Orlando Pinto Saraiva, correndo, se aproximava do local, Lamarca disparou dois tiros certos com seu revólver 38, um na nuca, outro no queixo.” (Revista VEJA:1969, grifo nosso).

Em pouco tempo, e após algumas ações, Lamarca já é considerado pela imprensa como um dos mais importantes terroristas do Brasil, “[...] *Carlos Lamarca, um dos homens mais importantes do terrorismo no Brasil.*” (Revista Veja: 1970. grifo nosso).

Com a morte de Carlos Marighella, fica uma questão no ar, “Agora, quem tem condições para substituir Carlos Marighella e tentar o que ele não conseguiu: a união das várias facções? O primeiro nome que surge é o do ex-capitão Carlos Lamarca”<sup>12</sup>. No entanto as informações a seu respeito são cada vez mais desencontradas, aonde vai surgindo o mito. Enquanto os órgãos de repressão dão informações desconexas sobre o paradeiro de Lamarca, como uma provável fuga para o exterior, Lamarca surge do nada, e surpreende as autoridades, confundindo-as, conforme noticia o Jornal da Tarde em dezembro de 1969.

“Mas ele não havia fugido, e no dia 30 de dezembro a polícia recebeu a confirmação disso: Lamarca foi identificado como o chefe de 15 terroristas que interditaram o trânsito na Av. Brigadeiro Luiz Antonio para assaltar o Banco Itaú América.”

A figura do ex-militar, exímio atirador, que outrora foi considerado um excelente instrutor, seguro, enérgico mais delicado, que prestava serviços aos funcionários de estabelecimentos bancários para se prevenirem contra assaltantes de bancos, agora apareceria como o rosto do “mal”, alguém que representava perigo a toda a sociedade<sup>13</sup>.

A implantação da ditadura militar no Brasil em 1964 e sua consecutiva consolidação com o Ato Institucional Nr. 5 em 1968, viu-se cercado por um dilema: Devia ele manter a ordem social, que significava, naquele momento, sob sua ótica, lutar contra os anseios do povo brasileiro; ou defender este mesmo povo de seus opressores, quais sejam: à cúpula militar e seu Regime a que ele estava subordinado. Lamarca então julgou não possuir outra saída a não ser a deserção e o engajamento na Luta armada.

[...] Eu vim servir ao Exército pensando que o Exército estava servindo ao povo, mas quando o povo grita por seus direitos é reprimido. Aqui o Exército defende os monopólios, os latifundiários, a burguesia. O povo é sempre reprimido. Esse Exército é podre e eu não agüento mais... O desabafo foi feito, em 1966, pelo primeiro tenente Carlos Lamarca à sua mulher, Maria Pavan, em casa. (José; Miranda, 1980:33)

Como entender um homem que, insatisfeito com a situação social pela qual passava seu país, desprende-se de seus sonhos pessoais e profissionais, abre mão de uma carreira promissora de oficial do Exército Brasileiro, abre mão do conforto de seu lar e do convívio de seus entes queridos para embrenhar-se numa luta armada contra um regime forte, violento e determinado a perpetuar-se no poder. Segundo Motter, a questão chave para se pensar Lamarca é considerar que,

“[...] o homem não é levado em conta quando o que interessa é o mito, seja do bandido, seja do herói. O mito apaga as características humanas pela supervalorização de qualidades boas ou más: ele é amado e cultivado ou odiado e rejeitado, o exemplo a ser seguido ou o mal que deve ser evitado” (Motter, 1994:71).

Esta idéia da luta entre o “bem” e o “mal” propagou-se durante todo o período em que ações de guerrilha urbana faziam parte dos noticiários diários nos diversos meios de comunicação. A clandestinidade e as ações dos militantes de esquerda, suas histórias, as notícias e terrores que os porões da ditadura representavam, permeavam o imaginário

coletivo, colocando a sociedade brasileira num cotidiano de conspirações, de denúncias, prisões arbitrárias, seqüestros, incertezas e medo. As notícias veiculadas revelavam a existência de um “mal”, do terror; da existência de uma guerra declarada mais invisível aos olhos menos atentos. Assim, tais notícias embasavam uma justificativa para as ações violentas dos órgãos e dos agentes da repressão.

Neste contexto, Lamarca surge como uma razão justificadora para toda a mobilização de um forte aparato repressivo, que tem numa narrativa jornalística fabricada e controlada pelos “censores” nas redações das principais agências de notícias do país, a justificativa para ações de toda ordem. Qualquer notícia que leve o nome de Lamarca passava pelo crivo da censura.

“[...] quando a edição de 3 de junho de 1970 chegou às bancas, com cartas manuscritas de Carlos Lamarca na capa, a redação de *Veja* foi invadida por três policiais à paisana. O diretor de redação Mino Costa foi retirado de seu gabinete e colocado numa viatura. Levado a uma delegacia da Polícia Federal e depois ao quartel do II Exército, permaneceu várias horas trancado sozinho em salas vazias. Um Coronel famoso por sua truculência apareceu para acusar *Veja* de divulgar ao público as idéias de um subversivo.”<sup>14</sup>

A imagem de Lamarca perpassava a do militar que cometeu o crime de deserção, fugindo de seu quartel com um grande arsenal e munições, ou a do chefe guerrilheiro que obteve vários êxitos em ações de guerrilhas urbanas consideradas espetaculares, como o furo de um cerco de quase vinte mil militares à sua base de guerrilha no Vale da Ribeira em São Paulo. Lamarca passa a representar a “face extrema do terror”.

“Apesar do êxito dessa retirada (a fuga do Vale da Ribeira), a VPR sofrera consideráveis baixas naqueles meses. E terminara executando um oficial da PM, Alberto Mendes Junior, cuja descoberta do cadáver meses mais tarde desencadeou uma operação de propaganda pelos meios de comunicação, apontando os guerrilheiros como torturadores e assassinos de um jovem policial inocente. A partir daí a VPR ficou com sua estrutura praticamente desarticulada em São Paulo, e a maior parte dos remanescentes foi deslocada para o Rio de Janeiro, inclusive Lamarca”<sup>15</sup>.

Lamarca é alcunhado de terrorista, um perigo às famílias brasileiras.



Fonte: iconografia. Livro *Combate nas Trevas*, 1987, de Jacob Gorender. (Lamarca está localizado em cima e a esquerda, ao lado de Yara Yavelberg).

Ao regime cabia a preocupação de que as notícias sobre os feitos de Lamarca, apesar de toda a censura e controle, fossem compreendidas e interpretadas como os feitos de um “libertário”, daquele que desafiava o sistema e tinha conseguido vários êxitos. Esta possibilidade de Lamarca viesse a ser considerado um mito transformou sua caçada e morte numa verdadeira idéia fixa dos seus ex-chefes militares, e a imprensa era o instrumento eficiente nesta luta, onde a censura orientava que,

[...] as notícias devem ser precisas, versando apenas sobre fatos consumados, não publicar notícias sobre atos terroristas, explosão de bombas, assaltos a bancos, roubos de dinamite em qualquer ponto do território nacional, ou sobre movimentos subversivos, mesmo quando se trate de fato consumado e provado. (Gáspari, 2002:39)

Segundo Motter (2001), a imagem de Lamarca transitava entre dois mitos: a idéia do “herói positivo serve à minoria que acreditava que as mudanças sociais são necessárias e, muitas vezes, só são possíveis pela luta armada”, e a do “herói negativo, serve à outra minoria, a que detém o poder na sociedade e que para manter-se como grupo econômico dominante tem que impedir ou retardar mudanças”.

Para os militares, o ex-capitão Carlos Lamarca era assim considerado,

“Além de desertor, Lamarca não cumpriu o juramento, solenemente proferido pelos oficiais do Exército Brasileiro [...] Além de desertor, Lamarca logo se revelaria um assassino frio [...] Honra, Pátria, família, dignidade e retidão de caráter eram

conceitos estranhos a esse *terrorista* que, como outros, manchou a farda de militar do Exército e *traiu sua gente*” (Ustra, 2006:208, grifo nosso).

A caçada à Lamarca vai de Janeiro de 1969 a setembro de 1971, até sua morte no Sertão da Bahia. Os meios de comunicação deram ampla cobertura à caçada e a morte de Lamarca e seu companheiro Zequinha: “*Os órgãos de segurança e os próprios terroristas estão à caça de Lamarca*” – Jornal Folha de São Paulo, 29/05/1969; “*De filho e soldado exemplar a líder do terrorismo*” – Jornal o Estado de São Paulo, 19/09/1971; “*O terrorista expõe sua doutrina*” e “*Morte de líderes eleva ex-capitão à liderança*” – Jornal O Estado de São Paulo, 19/09/1971; “*O Cabo pode levar a polícia ao seu Capitão*”- Jornal O Estado de São Paulo, 08/01/1970; “*Lamarca planejou esta ação e participou dela, e agora quem pode negar a fortuna do cofre*” [nota sobre o assalto a residência de Ana Capriglione, suposta amante do Governador de São Paulo Ademar de Barros, onde foram levados 2,5 milhões de dólares] – Jornal da Tarde, 27/01/1970; “*uma advertência para a juventude, diz Mem de Sá*” – Jornal da Tarde, 21/09/1970.

A morte de Carlos Lamarca agitou a imprensa nacional e foi noticiada também na imprensa internacional e houve manifestações diversas de políticos e autoridades sobre o “capitão guerrilheiro”: “Os políticos e a imprensa falam sobre a morte de Lamarca”, jornal da Tarde, 21/09/1970.

“Para o presidente da Arena da Guanabara, deputado Lopo Coelho, o terrorismo pode continuar depois de Lamarca, se aparecer um novo líder. Lopo Coelho chegava de Paris, onde o jornal “*Le Monde*”, ontem, deu uma matéria de primeira página sobre “o último grande dirigente da guerrilha no Brasil”. O líder do Governo no Senado Rui Santos, acha que a morte de Lamarca é “um golpe profundo no terrorismo”. [...] O deputado Geraldo Freire acha que o Ato Institucional número 5 poderá ser revogado em futuro próximo. [...] O líder do MDB, Pedrosa Horta, acredita que o governo, com a morte de Lamarca, “perdeu” o último pretexto para adiar a reabertura democrática”. (grifo nosso).

O jornal do Brasil, em sua edição de 21/09/1971 expunha: “*Senador vê na morte de Lamarca golpe no Terror*”. “*Um guerrilheiro que pensava como Capitão*”, esta era a chamada do Jornal O Estado de São Paulo para anunciar a morte de Lamarca, em 19/09/1971. Após sua morte, o pensamento do Capitão Lamarca vem a público, e suas idéias são publicadas em vários jornais: *Diário dos últimos dias. Por Carlos Lamarca*: Jornal da Tarde, 20/09/1971; “*A carreira do capitão Carlos Lamarca, um oficial de folha limpa, muito elogiado por seus colegas e até por seus superiores*” - Jornal da Tarde, 20/09/1971; “*As cartas de Lamarca*”, o jornal da Tarde, em 29/09/1971, passa a publicar detalhes das cartas

que Carlos Lamarca escrevia para sua companheira Yara Yavelberg, sempre terminando com o lema: Ousar Lutar, Ousar Vencer, e assinando com o pseudônimo de Cláudio.

A preocupação de ter a imagem de Lamarca associada à de um mito estava na crítica dos órgãos de segurança faziam à imprensa: O Estado de São Paulo publicou em 19/09/1971 uma longa matéria com o título: “*Órgãos de segurança condenam o sensacionalismo*”:

“Os órgãos de segurança condenaram, ontem, o “sensacionalismo” feito por alguns jornais em torno da morte de Carlos Lamarca, por considerar prejudicial. Para esclarecer os “jovens que se viam atraídos pelos acenos quixotescos desse falso líder”, aqueles órgãos distribuíram, ontem, uma nota oficial à imprensa da Guanabara”.

O jornal transcreve na íntegra o texto distribuído sobre a morte de Lamarca, numa nota apelativa de desqualificação total da pessoa de Carlos Lamarca. Abaixo uma parte do texto sobre a personalidade de Lamarca, sob a ótica da repressão:

“O ex-terrorista Lamarca era um homem frustrado e visivelmente recalado, megalomaniaco por temperamento, prevalecendo seu traço predominantemente de depressão acentuada e profunda introspecção. Obstinado, fanático, reacionário e agressivo, incapaz de dialogar ou aceitar sugestões de mudanças no que planejava, mesmo reconhecendo a possibilidade de desastre decorrente. Anseio constante de auto-afirmação, de ser comentado, elogiado e conhecido como personalidade importante, condições que buscava a qualquer custo mesmo a troco de insucessos de seus principais amigos. Esses traços de sua personalidade foram marcantes para caracterizar o traidor nato, sempre burlando e trapaceando seus mais íntimos amigos [...]”.

*“ESTÁ MORTO. A CENA FINAL DE UM TERRORITA”.*



Revista Veja 22 de setembro de 1971

Assim a revista Veja do dia 22 de setembro de 1971, descreve os momentos finais da vida do Ex-capitão Carlos Lamarca:

“À sombra de uma árvore, em Pintada, no município baiano de Ipujiara, os dois homens cochilavam, exaustos pela caminhada. Era no meio da tarde, a hora em que o sol bate de chapa nas matas e caatingas do sertão. De repente, um deles acorda sobressaltado e, num fôlego só, grita ao companheiro: "Os homens estão chegando". Os homens, no caso, estavam poucos metros adiante, em posição de tiro - um grupo de vinte policiais e militares que há dias procuravam a fatigada dupla. Começa o tiroteio de ambos os lados. O primeiro, José Campos Barreto, o "Jesse", corre, mas tomba crivado de balas 20 metros além. O segundo, o terrorista Carlos Lamarca, permanece alguns segundos sentado, saca seu revólver 38, cano longo, mas cai atingido por cinco balas, três no coração. A pele seca e queimada, tinha as roupas esfarrapadas, a barba por fazer, as unhas compridas e sujas.”

Mais de trinta e cinco anos de sua morte, Carlos Lamarca volta a ser capa, agora da Revista Isto É. Sua vida ainda desperta grande interesse dos meios de comunicações. Na edição de 28 de fevereiro de 2007, a Revista Isto É, traz Lamarca em sua capa, com a revelação do diário amoroso do Capitão Carlos Lamarca.



“O guerrilheiro apaixonado. As cartas escritas pelo capitão Carlos Lamarca à sua amada Iara Yavelberg dias antes das trágicas mortes de ambos, em 1971, revelam o lado passional de revolucionário implacável”. (Revista Isto É, 28 de fevereiro de 2007).

## **Conclusão**

Certo de que este assunto não se esgota neste trabalho, e que a exploração e análise das fontes foram limitadas pela quantidade de laudas estipuladas para a confecção do artigo, e que a complexa dualidade –herói ou traidor - que o personagem Carlos Lamarca suscita; podemos concluir que apesar de todas as manobras para desqualificar Lamarca quanto suas causas e pretensões políticas e ideológicas, tanto nos meios militares, como no imaginário daqueles brasileiros que vivenciaram direta ou indiretamente aquele período, criou-se um mito em torno de seus feitos.

Ora Lamarca é lembrado e citado por sua coragem, abnegação, desprendimento e audácia; ora pela sua traição, deserção e crimes atribuídos a ele. Neste processo de construção de sua imagem, coube a imprensa um papel fundamental na seleção de elementos capazes de fazer com que o ex-capitão e guerrilheiro Carlos Lamarca viesse a “habitar” o imaginário político brasileiro entre os “mitos de herói” e o “mito de traidor”.

Seria um exagero que Carlos Lamarca fosse considerado um herói brasileiro; no entanto, tentar transformá-lo ou reduzi-lo num bandido comum, ou num traidor da pátria, também seria uma injustiça. Naquele conturbado período em que estava mergulhada a sociedade brasileira, de violências, usurpação dos direitos humanos, das garantias constitucionais, da livre manifestação de pensamento; de assaltos, assassinatos, seqüestros e atos de terrorismo, fica difícil mensurar quem estava certo e quem estava errado, pois se de um lado existia o terrorismo revolucionário; do outro existia o terrorismo de Estado.

Para compreender a postura de Carlos Lamarca, compreender sua atitude estremada de largar toda uma vida, pessoal e profissional, em nome de uma causa que acreditava ser justa, tem-se que tentar recriar, para reviver, aqueles momentos históricos. Neste sentido, acreditamos que nossas fontes primárias, o jornal de circulação diária daquela época, e, algumas revistas semanárias, nos proporcionaram um excelente meio para abstrairmos aquelas emoções presentes em cada linha que narra os fatos do período da luta armada no Brasil.



No meio militar, ainda hoje, qualquer assunto ligado a Carlos Lamarca soa como um tabu, um assunto completamente incômodo, fato explicável pela consideração acerca de Lamarca como a imagem da negação dos preceitos militares básicos e a de um traidor, subversor da ordem vigente e da ética castrense. Na Academia Militar das Agulhas Negras, Lamarca teve seu nome riscado da placa comemorativa de sua turma de formação, numa tentativa de extirpá-lo da história daquela Academia e do Exército Brasileiro. No entanto, o personagem histórico Carlos Lamarca figura na história recente do Brasil como aquele que ousou lutar, ao lado de muitos outros brasileiros, contra os desmandos e arbitrariedades de um regime fortemente autoritário e violento.

Em junho de 2007, a história do militar e guerrilheiro Carlos Lamarca voltou a ser assunto nos principais jornais e revistas nacionais, devido à decisão do Governo Federal em conceder-lhe a patente de coronel, indenização e benefícios a sua família, por meio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Em 14 de junho de 2007, o jornal Folha de São Paulo traz a opinião de personalidades sobre Carlos Lamarca: *“É uma recompensa a quem queria instaurar uma ditadura socialista no Brasil; Lamarca não combateu em nome da democracia”* – diz Leôncio Martins Rodrigues; *“A população vai entender muito bem essa indenização; ele está na memória do povo como um rebelde, um insurreto. Será lembrado pelas novas gerações”* – Jacob Gorender; *“Lamarca matou um rapaz que se apresentou voluntariamente para salvar seus soldados. A impressão é que se está numa república democrática popular”*, disse Jarbas Passarinho.

O jornal Folha de São Paulo, de 14 de junho de 2007, numa longa reportagem, de página inteira, dá a notícia: *“Comissão de Anistia declara Lamarca coronel do Exército: Viúva do guerrilheiro morto em 1971, como capitão, receberá pensão de general”*. Em outra reportagem na mesma data: *“Generais atacam a decisão sobre Lamarca”*; e *“Tortura Nunca Mais defende reparação e critica comandante”*. Em 15 de setembro de 2007, no Jornal Folha de São Paulo temos: *“Oficiais tentam anular promoção de Lamarca”*, e em 06 de outubro de 2007: *“Juíza suspende promoção de Lamarca e pensão à família”*.

Após sua morte, Lamarca e seu companheiro José Campos Barreto, o “Zequinha”, foram expostos no aeroporto de Salvador, onde foram fotografados. A figura de Lamarca com *“os olhos abertos, magros, descalço e roto”*, segundo Maciel (2003), lembrava a imagem de Antonio Conselheiro morto, e, ainda assim despertava medo.

Quando da morte de Carlos Lamarca, na tentativa de não permitir que ele viesse a se tornar um mártir das causas revolucionárias, novamente a imprensa foi amordaçada, pois os

jornalistas presentes, que faziam a cobertura daquele acontecimento, receberam imediatamente da censura a seguinte ordem:

*“Por determinação do presidente da República, qualquer publicação sobre Carlos Lamarca fica encerrada a partir da presente, em todo o país. Esclareço que qualquer referência favorecerá a criação de mito ou deturpação, propiciando imagem de mártir que prejudicará interesses da segurança nacional”.* (Gaspari, 2002:358). (grifo nosso)

## **Referências**

### **Obras completas**

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968/1978)*. São Paulo: EDUSC, 1999.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: 2007.

GÁSPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca, O capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

MARCONDES, Filho, C. *O capital da notícia*. São Paulo, Ática, 1986.

MOTTER, Maria Lourdes. *Ficção e História: Imprensa e Construção da Realidade*. São Paulo: Arte & Ciência Vilipress, 2001.

NETTO, J. P. & FALCÃO, M.C. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1989.

PROJETO BRASIL NUNCA MAIS. *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Prefácio de Dom Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985

PROJETO ORVIL: *As tentativas de tomada do poder*. Disponível em [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com), acesso em 2007.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Ser, 2006.

## **Capítulo da obra**

ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O Reconhecimento de um conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, C,F,S & MALERBA,j (Org). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed. 1990.

MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: O Capitão Carlos Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. 2003.184 f. Dissertação (Mestrado em História Social) programa de Pós - Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p.p 99-115

## **Artigos**

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, L. P. Imprensa: fábrica de notícia. *Cadernos de jornalismo e editoração*. São Paulo: ECA/USP, n.11, n 25, jun-1990.

MOTTER, Maria Lourdes. *Lamarca: um nome para ser lembrado*. São Paulo: Revista Crítica de Comunicação e Educação, pp. 70-74, Set.1994.

## **Jornais e revistas**

A Nova Face do Terror. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, 03/06/1970.

Ele Assalta em nome do Terror. *Revista Veja*. São Paulo: Abril. 21/05/1969.

Estratégias para matar o Terror. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, 12/11/1969.

Morte de líderes elevou ex-capitão à liderança. *Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: 19/09/1971.

De filho e soldado exemplar a líder do terrorismo, *Jornal o Estado de São Paulo*, 19/09/1971.

O terrorista expõe sua doutrina e Morte de líderes eleva ex-capitão à liderança – *Jornal O Estado de São Paulo*, 19/09/1971.

Os órgãos de segurança e os próprios terroristas estão a caça de Lamarca, *Jornal Folha de São Paulo*, 29/05/1969.

O Cabo pode levar a polícia ao seu Capitão, *Jornal O Estado de São Paulo*, 08/01/1970.

Uma advertência para a juventude, diz Mem de Sá, *Jornal da Tarde*, 21/09/1970.

Lamarca planejou esta ação e participou dela, e agora quem pode negar a fortuna do cofre, *Jornal da Tarde*, 27/01/1970.

Sombras do Passado: A justiça começa a decidir se Carlos Alberto Ustra terá que responder por torturas na ditadura. *Revista Época*. 04/08/2008.

## Sites

*Memórias do regime Militar - O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas de Veja* (disponível em <http://veja.abril.com.br//especiais/regime-militar/index.html>. Acesso em 25/08/2008.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social das Relações Políticas - Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Houve, à época, uma tentativa de apreensão das cópias do filme Lamarca, por uma ação movida na justiça pelo General Nilton Cerqueira, ex-chefe do DOI-CODI de Salvador, responsável pela operação que resultou na captura e morte de Lamarca em 1971 no Sertão da Bahia.

<sup>3</sup> O Coronel Ustra está sendo acusado pela morte de 41 militantes durante o seu comando no DOI-CODI, além de várias acusações de torturas. *Sombras do Passado: A justiça começa a decidir se Carlos Alberto Ustra terá que responder por torturas na ditadura*. REVISTA ÉPOCA. 04/08/2008, p.48.

<sup>4</sup> Documento foi elaborado no segundo semestre de 1985, em razão das acusações formuladas no livro Brasil: Nunca Mais e pelas suas repercussões na mídia, pela Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIE) - atual Divisão de Inteligência do Centro de Inteligência do Exército. Disponível em [www.averdadesufocada.com](http://www.averdadesufocada.com), acesso em 2008.

<sup>5</sup> Dom Frei Luíz Flávio Cappio, bispo da Diocese de Barra na Bahia, em setembro de 2001, organizou no sertão da Bahia um movimento para resgatar a memória de Lamarca, Zequinha, Otoniel e Santa Bárbara, todos mortos pelo Exército em 1971, como mártires da igreja e da luta de libertação do povo brasileiro. (Disponível em [www.emilianojose.com.br](http://www.emilianojose.com.br), acesso em 20 Dez 07).

<sup>6</sup> Anjos Filho, Zenir Rodrigues dos. **Carlos Lamarca – significação mítica e história**. Iconografia. Dissertação de Mestrado em História, da Universidade Federal de Uberlândia, 2003, 129 f.

<sup>7</sup> Em dezembro 1964, na 6ª Companhia de Polícia do Exército, em Porto Alegre, o então Tenente Lamarca responde a um processo administrativo por ter promovido a fuga do Capitão Aeronáutico Alfredo Ribeiro Dandt, acusado de atividades subversivas.

<sup>8</sup> O Sargento Darcy Rodrigues foi o “braço” direito de Lamarca no 4º RI, foi preso e exilado. Hoje é um senhor de meia idade, advogado e está na reserva remunerada do Exército Brasileiro na graduação de Subtenente.

<sup>9</sup> Memória do Regime Militar. O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas de Veja ( disponível em [www.veja.abril.com.br//especiais/regime-militar](http://www.veja.abril.com.br//especiais/regime-militar)

<sup>10</sup> Ibid.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Morte de líderes elevou ex-capitão à liderança. *O ESTADO DE SÃO PAULO*. São Paulo: 19/09/1971.

<sup>13</sup> Ele assalta em nome do terror. *REVISTA VEJA*. São Paulo: Abril. 21/05/1969, p.18/21.

<sup>14</sup> Memórias do regime Militar - O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas de Veja (disponível em: <http://veja.abril.com.br//especiais/regime-militar/index.html>. Acesso em 25/08/2008.

<sup>15</sup> Livro Relatório: Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2007, Brasília, p.473.